

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

WALDIR COUTINHO LIMA

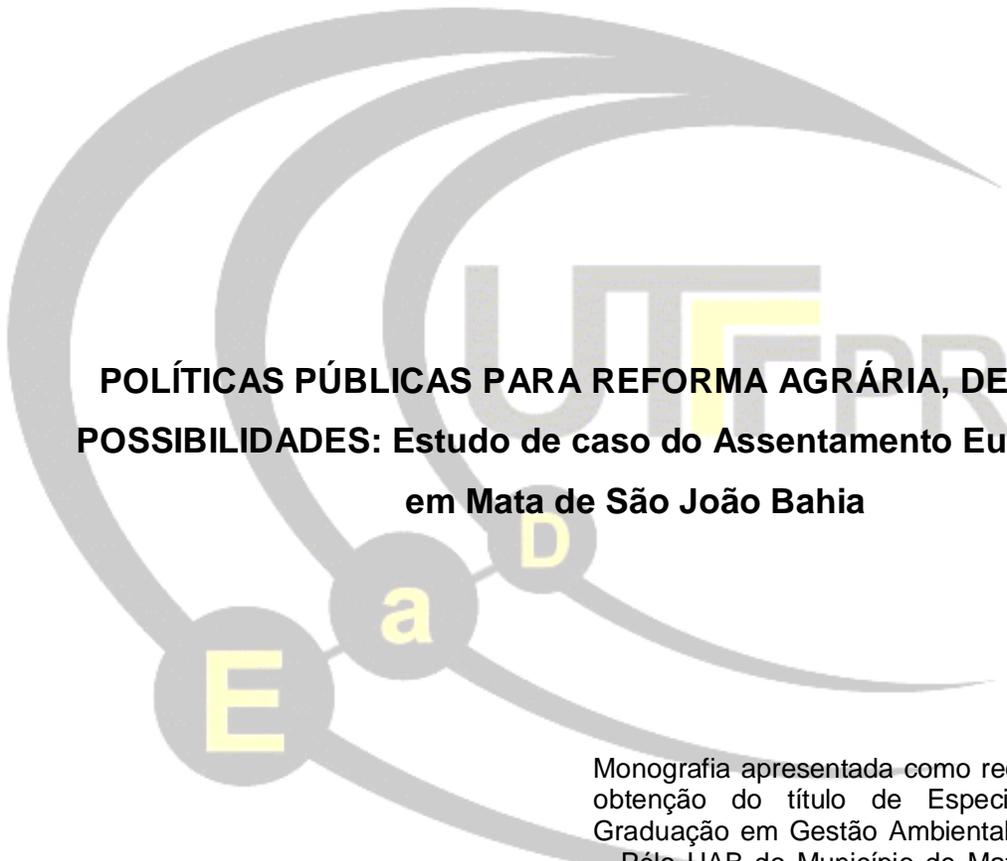
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REFORMA AGRÁRIA, DESAFIOS E
POSSIBILIDADES: Estudo de caso do Assentamento Euclides Neto
em Mata de São João Bahia**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

WALDIR COUTINHO LIMA



**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REFORMA AGRÁRIA, DESAFIOS E
POSSIBILIDADES: Estudo de caso do Assentamento Euclides Neto
em Mata de São João Bahia**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Pólo UAB do Município de Mata de São João Bahia. Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Dra. Fabiana Costa de Araujo Schutz

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

Políticas Públicas para Reforma Agrária, Desafios e Possibilidades: Estudo de caso
do Assentamento Euclides Neto em Mata de São João Bahia

Por

Waldir Coutinho Lima

Esta monografia foi apresentada às **17h50min do dia 09 de junho de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios – Polo de Mata de São João, Ba, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Dra. Fabiana Costa de Araújo Schutz
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof^a. Dra. Eliane Rodrigues dos Santos Gomes
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.-

Dedico esta obra a meus pais Waldivino Lima e Juracy Alves Coutinho (in memoriam), pelo esforço e dedicação para que eu tivesse uma educação e formação humana e profissional de qualidade. A Marta e Thainá Santos Coutinho. A meus irmãos pela confiança que sempre depositaram em mim. Aos Movimentos Sociais nas suas diversas formas, singularidades e pluralidades. Aos Assentados da Reforma Agrária e em especial aos homens, mulheres, jovens, adultos e crianças do Assentamento Euclides Neto. A Roselita França de Santana (Dona Mita), Gabriel Tavares Gomes e Justino Ribeiro, que tem sido meus mestres nessa caminhada. As minhas Amigas Cecília Ribeiro, Denize Santos Gomes, Geziane Santos Pereira, que pacientemente souberam ouvir as minhas inquietudes e dúvidas a respeito desse trabalho. Em especial a minha Amiga Cleide Araújo de Almeida, pela contribuição na discussão teórica da pesquisa. Aos meus colegas do curso de Pós Graduação pelos momentos que passamos juntos. Aos meus companheiros e companheiras que estiveram comigo nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, Waldivino Lima e Juracy A. Coutinho (In memorian) pela orientação, dedicação e incentivo para minha formação durante toda minha vida.

A Marta Santos Coutinho e Thainá Santos Coutinho (esposa e filha), pela compreensão da minha ausência na fase da pesquisa para conclusão desse trabalho.

Aos meus Pastores Roberto e Rosa Batista Almeida pelas orações e orientação espiritual.

A minha orientadora professora Dra. Fabiana Costa de Araújo Schutz pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios da UTFPR Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais Ana Carla Santana de Assis Yuka Kamila de Oliveira Fujiki e a tutora a distância Alice Jacobus de Moraes que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

A Cleide Araújo de Almeida e Cláudia Meneses, pelo apoio e horas de dedicação para ouvir os meus questionamentos, dúvidas, sonhos, projetos.

Aos Agricultores do PA– Programa de Assentamento em especial Roselita França de Santana (Dona Mita), Justino Ribeiro e Gabriel Tavares Gomes, líderes comunitários e bibliotecas vivas, com a qual pude aprender sobre a história de ocupação e legitimação do Assentamento, em nome dos quais dedico esse trabalho as famílias de Agricultores Familiares do Assentamento Euclides Neto.

Aos meus colegas do curso de Pós Graduação em especial Denize Santos Gomes, Raimundo Covas, Simone Santos dos Santos e a Geiziane Santos Pereira, pelos bons momentos que passamos juntos.

Enfim, sou grato a todos e todas que contribuíram de forma direta ou indireta para realização deste trabalho.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”. (PAULO FREIRE).

RESUMO

LIMA, Waldir Coutinho. Políticas Públicas para Reforma Agrária, Desafios e Possibilidades: Estudo de caso do Assentamento Euclides Neto em Mata de São João Bahia. 2014. 53f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

A presente pesquisa teve como foco as Políticas Públicas para a Reforma Agrária e como objetivo geral analisar os impactos causados pela implementação de políticas públicas no assentamento Euclides Neto pertencente ao município de Mata de São João BA. Buscou-se, reconstruir o processo histórico de ocupação da Fazenda Gameleira e Carijó de Cima, através de um processo dialógico com os sujeitos que foram os protagonistas desse Processo. A metodologia para coleta dos dados foi um estudo de caso por meio da análise da lei nº 4.504 estatuto da Terra, do PNRA I e II - Programa Nacional da Reforma Agrária, de análise de documentos, pesquisa bibliográfica, entrevistas e reconstrução do processo histórico da ocupação através das rodas de conversas com os assentados que participaram no ano de 1999 da ocupação da fazenda pertencente à SIBRA, Eletro Siderúrgica Brasileira para garantir a Reforma agrária de um grande latifúndio de 222, 9 hectares e que hoje abriga 76 famílias de Agricultores familiares assentados.

Palavras-chave: Mata de São João. Assentamento. Políticas Públicas.

ABSTRACT

LIMA, Waldir Coutinho. Public Policies for Land Reform Challenges and Possibilities: Case Study of the Settlement Euclides Neto in Mata de Sao Joao in Bahia. 2014. 53f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2014.

This research has focused Public Policy for Agrarian Reform and its main goal was to analyze the impacts caused by the implementation of public policies in the settlement that belongs to Mata de São João BA, called Euclides Neto . We attempted to reconstruct the historical process of occupation and Farm Gamelleira Carijó Angle through a dialogical process with the subjects who were the protagonists of this process . The methodology for data collection was a case study by analyzing the Law 4,504 status of the Earth, the PNRA I and II - National Programme of Agrarian Reform, document analysis, literature review, interviews and reconstruction of the historical process of occupation through conversations with settlers who took part in the 1999 occupation of the farm belonging to SIBRA - Electro Brazilian Steel to ensure the agrarian reform of a large landed estate of 222,9 acres which now houses 76 families of settled family farmers.

Keywords: Mata de São João. Settlement. Public Policy.

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assistência Técnica, Social e Ambiental
BAHIA PUP – Fábrica de Celulose e Papel
BSC – Bahia Specialty Cellulose
CETA - Movimento de Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas
CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Mata de São João
COLÔNIA JK - Colônia Japonesa JK, situada zona rural do município de Mata de São João – Bahia, fundada em 1957, em homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.
DRP- Diagnóstico Rural Participativo
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
FERBASA- Cia Ferro Ligas da Bahia
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia
IDE – Centro de Desenvolvimento Socioambiental
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MLT – Movimento Luta Pela Terra
MST – Movimento dos Sem Terra
ONG - Organizações não governamentais
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PA Euclides Neto – Programa de Assentamento Euclides Neto
PNATER Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
PNHR- Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF- Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
SIBRA – ELETROSIDERURGICA BRASILEIRA S.A
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais local
UDR – União Democrática Ruralista
UNEB – Universidade Estadual da Bahia
USIBA - Usina Siderúrgica da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Município de Mata de São João	20
Figura 2: Diagrama de Venn Aplicado no Assentamento Euclides Neto	24
Figura 3: Esquema Metodológico para o Resgate Histórico do Assentamento Euclides Neto	28
Figura 4: Matriz de Acompanhamento de Atividades de Ates – Área Agrária 1012..	36
Figura 5: Matriz Fofa	42
Figura 6: Potencialidades e Fragilidades no Assentamento Euclides Neto	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 REFORMA AGRÁRIA	13
2.1.1 Política Pública para a Reforma Agrária.....	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	20
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	21
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	22
3.4 COLETA DE DADOS	22
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1 RELATOS DE TRABALHOS REALIZADOS PELA EBDA – ATES	24
4.2 RESGATE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO EUCLIDES NETO.....	27
4.3 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO NO ASSENTAMENTO EUCLIDES NETO DE 2000 A 2013.....	37
4.4 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO ASSENTAMENTO	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO.....	52

1 INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais são estratégias para distribuição e redistribuição de terras para reforma agrária, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, com sensível redução da miséria e da pobreza, redução do êxodo, geração de alimentos e aumento de renda através da inclusão socioproductiva, sendo um importante elemento para o desenvolvimento sustentável e fixação do homem e da mulher no campo. Autores como, Bergamasco e Norder (1996) defendem que de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

A reforma agrária na Bahia vem sendo construída pelo tencionamento de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas (CETA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (FETAG), o Movimento Luta pela Terra e pelas Ligas Camponesas (MLT), com os poderes públicos e o capital privado representado pelo agronegócio e grandes latifundiários, em um processo histórico de avanços e recuos, ganhos e perdas na busca da conquista da terra.

Ocupar, resistir e produzir são palavras de ordem carregada de símbolos e significações, que contrasta com as políticas públicas para a Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. A luta e a resistência para a garantia da terra, os enfrentamentos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) local, a Prefeitura de Mata de São João, os projetos e ações desenvolvidas a partir dos órgãos responsáveis pela implementação de Políticas públicas para Reforma Agrária como Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e por órgãos responsáveis pela Assistência Técnica e Social para a Agricultura Familiar como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Prefeitura de Mata de São João, por meio das Secretarias municipal de Agricultura e Pesca e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Desse modo parte-se de pressupostos da importância das políticas públicas para a Reforma Agrária como instrumento de emancipação socioambiental e a sua importância no combate à fome, a pobreza e miséria rural através do

desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Nessa perspectiva a luta pela conquista da terra feita através dos movimentos sociais e protagonizadas pelos diversos sujeitos num processo de intervenção sóciohistórica na luta contra o capitalismo representado pelo agronegócio e as diversas instancias representativas do jogo do poder econômico, social e político, significam avanços na conquista de uma autonomia baseada em princípios de solidariedade, cooperação e na Mística dos Movimentos Sociais que lutam pela conquista da terra e que longe de ser uma referência ao mundo místico e misterioso, tem um profundo caráter de pertencimento e Identidade política, cultural e social na luta pela conquista da terra.

Com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), buscou-se neste trabalho de forma crítica e reflexiva conversar com os homens, mulheres, jovens e crianças, que participaram como atores dessa história de lutas para garantir que a Fazenda ocupada se torne um Assentamento Produtivo.

Diante de todo exposto esta pesquisa teve como objetivo geral, analisar os impactos causados pela implementação de políticas públicas no assentamento Euclides Neto pertencente ao município de Mata de São João BA.

E como objetivos específicos buscou-se nesta pesquisa: Apresentar o percurso histórico da ocupação do Assentamento Euclides Neto; Traçar com os assentados o histórico da ocupação de 2000 a 2013 (os processos de lutas, conquistas e principais problemas enfrentados com os órgãos públicos, privados e as redes de articulação); e Destacar as potencialidades e as fragilidades das políticas públicas da reforma agrária no assentamento Euclides Neto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária tem por objetivo proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para a realização de sua função social. Esse processo é realizado pelo Estado, que compra ou desapropria terras de grandes latifundiários (proprietários de grandes extensões de terra, cuja maior parte aproveitável não é utilizada) e distribui lotes de terras para famílias camponesas.

O Estatuto da Terra, Lei n. 4504 de 30 de novembro de 1964, considera-se reforma agrária “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. (BRASIL, 2013).

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na prática a reforma agrária proporciona:

A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; A produção de alimentos básicos; A geração de ocupação e renda; O combate à fome e à miséria; A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; A interiorização dos serviços públicos básicos; A redução da migração campocidade; a democratização das estruturas de poder; A promoção da cidadania e da justiça social. (INCRA, 2011).

Os Assentamentos da Reforma Agrária tem como objetivo transformar as políticas públicas de caráter econômicos, sociais, ambientais e histórico, através da distribuição de terras, possibilitando novas perspectivas de acesso aos meios de produção, com novas bases produtivas numa concepção cooperativista, solidária e sustentável. As mudanças ocorridas no seio da Reforma Agrária por meio das lutas dos movimentos sociais para acesso a terra, trás mudanças significativas no controle social do trabalho e da produção no processo histórico de construção da sociedade brasileira. A reforma agrária no Brasil e na Bahia vem sendo construída pelo tencionamento de movimentos sociais como MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Trabalhadores Assentados Acampados e

Quilombolas (CETA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (FETAG), Movimento Luta pela Terra (MLT) e pelas Ligas Camponesas, com os poderes públicos e o capital privado representado pelo agronegócio e grandes latifundiários, em um processo histórico de avanços e recuos, ganhos e perdas na busca da conquista da terra. Ocupar, Resistir e Produzir, é uma palavra de ordem, carregada de símbolos e significações, que contrasta com as Políticas Públicas para Reforma Agrária e da Agricultura Familiar.

Conforme descrito no programa de governo 2002, no livro *Vida Digna no Campo*:

Para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento rural e agrícola será fundamental a implementação de um programa de reforma agrária amplo e não atomizado, isto é, centrado na definição de áreas reformadas que orientem o reordenamento do espaço territorial do país, via o zoneamento econômico e agroecológico. A implantação de um Plano Nacional para a Reforma Agrária é fundamental para o país, pois irá gerar postos de trabalho no campo, contribuir com as políticas de soberania alimentar, combate à pobreza, e com a consolidação da agricultura familiar. A reforma agrária é também fundamental para dinamizar as economias locais e regionais. A democratização do acesso a terra pressupõe também medidas que ampliem o acesso aos atuais mini fundiários e seus filhos e filhas, criando condições para sua viabilidade econômica. Esta é uma luta histórica e será uma prioridade estratégica do nosso governo. “O Plano Nacional de Reforma Agrária deverá expressar essas diretrizes políticas nas suas metas, políticas e procedimentos de execução”. (VIDA DIGNA NO CAMPO, 2002.).

Em conformidade com os teóricos pesquisados que relata a temática da Agricultura familiar e sua forma de gestão da propriedade familiar salientam que são esses atores sociais que lutam pela terra, por seu lote, por um pedaço de chão, para torná-lo produtivo. Sujeitos, mobilizados em grandes centros urbanos, agricultores expulsos das suas terras, desempregados, que se articula para garantir a Reforma agrária de uma grande extensão de terra de 222, 9 hectares, pertencente a um grande grupo capitalista e construir o Assentamento Euclides Neto para 76 famílias, através das Políticas Públicas para a Reforma Agrária e apoio a Agricultura Familiar.

Segundo, Bergamasco *et. al.*, (1990):

Apesar das diferenciações no que se refere à relação com a terra, a história dos trabalhadores não é individualizada, pois há um elo que as une: o forte vínculo representado pela relação mediata e imediata com a terra. Esses atores não devem, portanto, ser pensados como indivíduos, mas como parte de um sujeito social, cuja construção é o produto de um passado de lutas e de um presente de fome e busca de alternativas de sobrevivência.

No Brasil contemporâneo a reforma agrária tem início com a Emenda nº 10 de 10/11/1964 à Constituição de 1946, na qual se cria o Estatuto da Terra através da lei 4501/64, que foi um conjunto de medidas com o objetivo de distribuição da terra com justiça social e o aumento da produtividade.

Historicamente o Brasil viveu um processo de privatização das terras por doações de terras que começa no Brasil Colonial, perpassando séculos de exclusão entre os grandes latifundiários, os senhores das capitanias hereditárias, até os dias atuais como o desenvolvimento do agronegócio através da modernização tecnológica da agricultura. Em 1985 é lançado o I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA), através do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1995, nesse plano havia uma meta para assentar 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) famílias sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Outro importante avanço legal foi a Constituição Federal de 1988, pois nela estão inseridas conquistas sociais, econômicas, ambientais e históricas para os movimentos sociais e instituições que tratavam uma luta pela derrubada do regime militar e pela democratização do País. Nesse processo houve grandes avanços e conquistas para acessibilidade mais ampla da terra para fins sociais.

O Capítulo III da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária é um exemplo com os artigos 184 a 191, com a redação explícita com os princípios norteadores da função social da terra, e o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais. O Artigo 184 aponta a competência da União para desapropriação da terra por interesse social para fins da reforma agrária.

Segundo Gehlen:

A reforma agrária, por essência, é política pública com forte impacto social, sem diminuir os argumentos econômicos de aumentar a produção e de inclusão de parcela da população no circuito do mercado e produtores e de consumidores [...]. O desenvolvimento local e regional sofre impacto positivo e diversificado com essa política [...]. Nesta perspectiva do desenvolvimento econômico combinado com a diminuição da pobreza pela oferta de postos de trabalho e pela dinamização do desenvolvimento local, a reforma agrária é legitimada porque responde aos interesses gerais, não apenas dos assentados. (GEHLEN, 2004).

A reforma agrária é a maneira mais fácil e barata de gerar empregos. Enquanto um emprego na grande indústria da cidade custa cem mil dólares, o assentamento de uma família no campo custa apenas dez mil, desde que sem corrupção. (EUCLIDES NETO).

O governo que sucedeu FHC foi o de Luis Inácio Lula' da Silva:

O receituário deste governo na questão agrária é visível através da manutenção do crédito fundiário, mudando os nomes, mas mantendo a essência a acerca do governo anterior. O Novo Mundo Rural foi substituído pelo Plano Nacional de Reforma Agrária: o Sistema de Crédito pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário; as linhas de financiamento que eram a Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito fundiário de Combate a Pobreza viveram o combate o Combate à pobreza. Nossa primeira terra e Consolidação da Agricultura Familiar, respectivamente. (RESENDE; MENDONÇA *apud* MENDONÇA, 2006).

Em 2004, foi aprovado pelo Governo federal o II Plano Nacional de Reforma Agrária, tendo como Subtítulo: “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”. Ele tenta mostrar a Reforma Agrária como sendo um compromisso do governo, assumindo ela como uma necessidade urgente, para promover a justiça social que o Brasil tanto necessitava. (RODRIGUES, 2007, p. 5).

2.1.1 Política Pública para a Reforma Agrária

As políticas públicas para a reforma agrária é o arcabouço legal de leis e normativas que regularizam e sistematizam a distribuição e redistribuição de terras no Brasil para que sejam cumpridos a sua função social de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção. (BRASIL/Lei nº 4504/64).

A concepção de Políticas Públicas no Brasil estava assentada num processo histórico de políticas planejadas demandadas pela tecnocracia burocrata estatais (1964 – 1985), período da ditadura militar e o período pós ditadura militar (1985 até os dias atuais), com a implantação de Políticas Públicas de garantias e direitos constitucionais demandadas pelos movimentos sociais que emergiram nesse processo. Dessa forma, as políticas públicas são construídas através de conflitos, consensos e acordos entre o poder estatal e a sociedade civil organizada nesse espaço de concertação e negociação.

Elencamos alguns Pressupostos e Princípios Básicos da Reforma Agrária: 1946 – Imperativo Constitucional; 1962 – Subscrição da Carta de Punta Del Leste; 1964- Emenda Constitucional de 10 de novembro de 1964; Estatuto da Terra (Lei nº

4504/64); Função social da propriedade; A Reforma Agrária como estratégia de ação governamental e Integração de Políticas Públicas. O documento norteador para A Reforma Agrária é o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Anexo A).

Conforme Bobbio (2002), citado por Secchi (2010), diz que política é a: “atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício de poder sobre o homem”.

De acordo com Rua (1998). A política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relação de poder e que destinam à resolução pacífica dos conflitos aos bens públicos. Nesta perspectiva entendamos o que é Políticas segundo Aristóteles (384-322 A.C), "O homem fora da Polis é um animal ou um deus", ou melhor, o Homem só realiza a sua essência dentro da Polis (cidade). Com outras palavras, o espaço político é o nosso lugar de realização. A Política Pública enquanto Ciência é um subcampo da Ciência Política e no Brasil os seus estudos são recentes, havendo ainda entre as estudiosas divergências quanto a sua conceituação. Secchi (2010) diz que: a definição de política pública é arbitrária por não haver consenso entre os especialistas da área.

Segundo Leite, *et. al.*, (2006), as políticas públicas é o resultado de um processo político que busca alinhar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições.

Em termos práticos quando discutimos Políticas Públicas pensamos em termos macros de grandes impactos na sociedade, tendo o Estado o papel de implementador dessas ações de grande complexidade na arena política da sociedade contemporânea. Ainda o mesmo autor reafirma que existem duas correntes de pesquisadores com abordagens diferenciadas cujo referencial são os protagonistas envolvidos no processo. São elas: Abordagem Estadista – onde é considerado como conceito determinante o monopólio de atores estatais. Nessa abordagem, Políticas Públicas é um processo decisório do Estado enquanto agente jurídico estatal. A segunda abordagem é a multicêntrica que tem o enfoque na multiplicidade de atores, desse modo, é o enfrentamento de determinado problema público que torna a Política Pública com a participação de diversos setores da sociedade como: movimentos sociais, organismos multilaterais, ONGs, redes sociais e atores estatais.

O advento da Constituição de 1988 trouxe para o palco de debates a participação da Sociedade Civil organizada através dos movimentos sociais na defesa de seus interesses e no tencionamento político entre grupos de interesses divergentes, tendo como exemplo a União Democrática Ruralista (UDR), representante do agronegócio e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), representando a grande massa de excluídos do campo e da cidade. Nesse espaço político, foram construídas convergências para construção de políticas para a inclusão de grupos considerados minoritários ou excluídos socialmente como negros, mulheres, índios, idosos, sem terra e a garantia de direitos como a propriedade privada e a não inclusão de propriedades produtivas nas políticas para a reforma agrária. (SILVA FILHO, 2008).

A problematização da Reforma Agrária no Assentamento Euclides Neto, enquanto espaço de relações sociais, de trocas de saberes, de lutas e conquistas, de desenvolvimento de políticas públicas, que Segundo D´Aquino (1995, p.14) pensar o assentamento rural, enquanto um novo modo de vida constitui-se num exercício de pensar o novo, ou seja, a chegada, o assentamento, a construção desse modo de vida.

Paulo Freire (1988) afirma que: "O homem antes de fazer a leitura da palavra escrita, faz a leitura do mundo". É através da leitura desse mundo plural, coletivo, singular e contraditório, que buscamos encontrar respostas para hipótese levantadas, posto que as políticas públicas para a Reforma Agrária tem-se desenvolvido através de um tencionamento entre poder público, setores do agronegócio e movimentos sociais da Reforma Agrária.

Nessa perspectiva ao contextualizar políticas públicas para a Reforma Agrária, estamos analisando também, ações de políticas públicas fora do âmbito do Estado e do governo, ampliando a nossa análise para as organizações não governamentais e movimentos sociais.

Conforme Bogo (2008):

As formas de identidade estão marcadas pela aceitação e manutenção do presente, ou pela resistência a ela, ou pelo desejo de destruição e transformação do poder presente [...] Sem alcançar a transformação das estruturas de poder e de dominação na sociedade capitalista, a identidade emancipada não se manifesta, pois não se configura numa opção real (BOGO, 2008, p.59-60).

Segundo os teóricos Marx e Engels:

Do mesmo modo, as relações sociais de acordo com as quais os indivíduos produzem as relações sociais de produção, alteram-se, transformam-se como a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, e das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade, e, particularmente, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico. (MARX; ENGELS, 1979, p.69).

Para Andrade, Moreira e Moura (2013) os assentamentos rurais representam uma possibilidade de melhoria nas condições de vida de agricultores que, ao longo de décadas no Brasil, sofreram com os processos de exclusão no campo e demais injustiças sociais. Com o acesso a terra surge novas unidades de produção agrícolas e a oportunidade da manutenção, com dignidade, dos estilos de vida desses agricultores.

Os assentamentos para Bergamasco e Norder (1996) podem ser definidos como:

A criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra; ou a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola: (a) projetos de colonização; (b) reassentamento de populações atingidas por barragens; (c) planos estaduais de valorização das terras públicas e de regularização possessória; (d) programas de reforma agrária; e (e) criação de reservas extrativistas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O foco da pesquisa se realizou em consonância ao objetivo geral, analisar como se deu o processo de implantação políticas públicas para os assentamentos de reforma agrária e o papel dos diversos agentes públicos, governo federal, estadual e municipal a partir do recorte no Assentamento Euclides Neto, pois este apresenta uma série de fatores sociais, econômicos, históricos e ambientais que também perpassam os outros assentamentos.

A proposta de condução desta pesquisa está inserida na prática da pesquisa estudo de caso com a mescla da pesquisa participante, na medida em que foram consideradas as vivências, os relatos de experiências e analisam em conjunto com os assentados o processo de desenvolvimento de políticas públicas no Assentamento Euclides Neto e o papel dos diversos agentes públicos: Federal, Estadual, Municipal e organizações não governamentais (ONGs). A partir de instrumentos legais como o Estatuto da Terra, o PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária e o diálogo com teóricos e estudiosos da questão agrária e fundiária fortalecem a opinião para construção de uma visão crítica das políticas públicas de Reforma Agrária com os protagonistas do Assentamento Euclides Neto.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A pesquisa ocorreu no assentamento Euclides Neto pertencente ao Município de Mata de São João, situado no Território Metropolitano de Salvador. (Figura 1).



Figura 1: Mapa do Município de Mata de São João.
Fonte: google.com.br/mapas, 2014.

Mata de São João, é um município de grande extensão territorial e poucos habitantes. É privilegiado pelo clima e vegetação. As belezas naturais são a vitrine do município que atrai gente de todas as cores, diferentes sotaques e locais. É uma pequena amostra desse país chamado Brasil. As coordenadas geográficas são: 12°31'46" de latitude sul e 38°17'59" de latitude oeste. Possui Área da unidade Urbana de 24.969 km² e Área da unidade Rural de 7.599 km². O Clima é quente úmido (com pouca chuva no verão e chuvoso no inverno e outono). Seu Bioma é Mata Atlântica. A área do estudo pertence à bacia do rio Jacuípe, que margeia a área urbana da sua sede municipal. O rio Jacuípe é de regime permanente e suas águas são consideradas de boa qualidade. Os solos são derivados de material sedimentar característico das formações geológicas regionais sendo friáveis, profundos, de cor amarelada, com pouca matéria orgânica, de natureza argilosa e arena – argilosa onde se destacam os podzólicos vermelho-amarelos. Estes tipos de solos são minerais hidromórficos, de textura média e argilosa. A vegetação (a paisagem) está modelada em tabuleiros na porção interiorana e a planície litorânea na orla municipal. Recobre este modelado de a vegetação de floresta estacional, restingas e manguezais, pertencentes ao domínio da Mata Atlântica.

A População do Município estimada em 2013 é de 44 538 habitantes. A faixa etária predominante na população é de Jovem com idade de 20 a 49 anos.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Gil (2009, p. 54) advoga que o estudo de caso “é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada [...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado estudo”. O autor ainda faz uma ressalva aos vieses comuns a essa modalidade acabando por muitas vezes comprometendo a qualidade dos resultados.

A natureza da pesquisa é descritiva uma vez que pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinado população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2009, p. 42).

Gil (2009, p. 140) advoga que “obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos”. Dessa forma a pesquisa contemplou a técnica de estudo de caso com coleta de dados secundários, como artigos, dissertações, livros, revistas e órgãos reguladores com intuito de adquirir fundamentos teóricos.

Dessa forma a presente pesquisa consistiu num estudo de caso realizado no Assentamento Euclides Neto em Mata de São João Bahia, na coleta dos utilizou-se a técnica de entrevistas e conversas com responsáveis pelo assentamento, análise de documentos, por acreditar ser um método mais abrangente e posteriormente analisar melhor a consistência dos dados obtidos.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O Assentamento Euclides Neto está localizado numa Reserva Florestal legal, com extensão de 222,9 hectares que pertenceu a SIBRA, Empresa Brasileira de Siderurgia, foi vendida ao INCRA, para assentamento de 76 famílias.

3.4 COLETA DE DADOS

Buscou-se identificar e confrontar as informações levantadas através de estudos e análises, interpretações e tabulações dos dados obtidos através de pesquisa bibliográfica e do estudo de caso realizado no assentamento por meio de conversas com pessoas responsáveis; Diagnóstico Rural Participativo; encontros grupais; mesas redondas; visitas aos órgãos oficiais INCRA, Prefeitura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fetag-Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia, MST – Movimento Sem Terra, Assentamentos da Reforma Agrária.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Gil (2009) ressalta para o cuidado com a análise de dados para que “seja de natureza predominantemente qualitativa” (GIL, 2009, p. 141). Ele diz que “o mais importante na análise e interpretação de dados no estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social” (GIL, 2009, p. 141).

Nesta mesma linha teórica, Gracio e Oliveira (2010, p.6) declaram que: [...] a análise de coautoria reflete um rol possível de intercâmbios e trocas entre os pesquisadores e constitui um procedimento significativo, sendo medida pelo número de publicações em colaboração entre os autores, instituições ou países e empregada para identificar a produção local, regional ou internacional. Diante da possibilidade de identificar as Políticas Públicas para a Reforma Agrária com foco em Assentamento redes de pesquisadores e obter o ciclo social da informação documental em determinado assunto por meio de análises métricas, o presente estudo toma como direcionamento os artigos publicados em periódicos online da Ciência da Reforma Agrária para identificar a produção científica quanto à temática indexação no intuito de analisar as Políticas Públicas de coautoria entre pesquisadores e instituições nacionais. Julga-se oportuno tal eixo investigativo na medida em que a realização de análises periódicas mediante parâmetros bibliográficos em temáticas específicas como é o caso das Políticas Públicas para a Reforma Agrária com o recorte em Assentamento contribui para a compreensão de suas características e comportamentos particulares, bem como propicia reflexões acerca do desenvolvimento da referida temática no universo científico das Políticas Públicas para a Reforma Agrária com foco em Assentamento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RELATOS DE TRABALHOS REALIZADOS PELA EBDA – ATES

Os dados relatados estão baseados em trabalho conjunto desenvolvido pelos técnicos da EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, através da ATES –Assistência Técnica, Social e Ambiental, em parceria com técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Mata de São João, com a participação ativa dos assentados a partir de instrumentos como o DRP- Diagnóstico Rural Participativo, construção do mapa do Assentamento, levantamentos de dados e das hipóteses e pressupostos levantadas durante a pesquisa. Dentre os quais destacamos: Qual o papel do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para o desenvolvimento de Políticas para a Reforma Agrária Brasileira? As políticas públicas para a Reforma Agrária são instrumentos de emancipação social, econômica e política dos assentados? Qual o papel dos movimentos sociais ligados à luta pela terra na emancipação dos assentados através das Políticas Públicas para a Reforma Agrária? Qual a importância da Agricultura Familiar no combate à miséria e pobreza?

A Figura 2 ilustra o diagrama de Venn aplicado no Assentamento Euclides Neto, utilizado pela EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, através da ATES - Assistência Técnica, Social e Ambiental no ano de 2012.

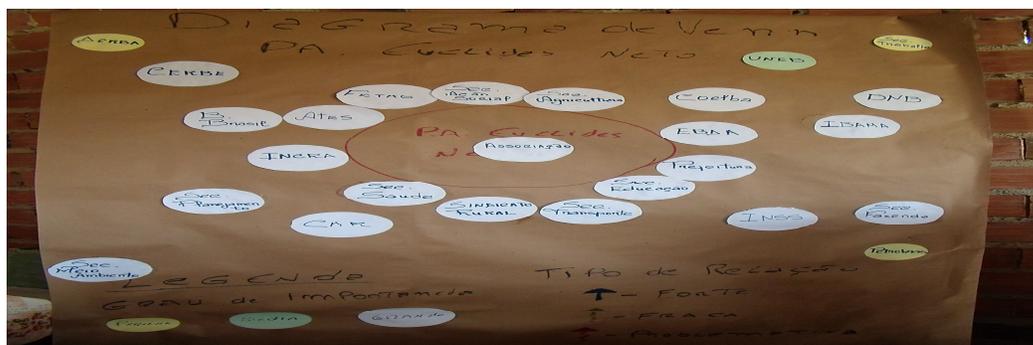


Figura 2: Diagrama de Venn Aplicado no Assentamento Euclides Neto. Fonte: EBDA e ATES, 2012.

A partir de trabalhos desenvolvidos por técnicos da ATES – com os assentados foi construído o Diagnóstico da realidade local a partir do olhar e envolvimento, buscando-se a identificação e confrontação das informações levantadas com análises, interpretações, tabulações e confrontações dos dados obtidos no DRP – Diagnóstico Rural Participativo, visitas in (loco), mesas redondas, cotações de histórias, entrevistas, questionários, pesquisas bibliográficas, encontros grupais, visitas técnicas com apresentação dos resultados obtidos. Relaciono os Programas e Projetos: Lei de Ater nº 12.188/2010. A Lei de Ater institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) e define os princípios e os objetivos dos serviços prestados: Crédito Instalação; PNHR-Programa Nacional de Habitação Rural; PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar; PAA- Programa de Aquisição de Alimentos; PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar; As Políticas Públicas no Assentamento Euclides Neto; Políticas Públicas e Assistencialismo – O Protagonismo Político dos Atores Sociais; A Mística do Movimento e a Luta Pela Terra; O Desenvolvimento de Políticas Públicas no Assentamento; Políticas Públicas e Assistencialismo – O Protagonismo Político dos Atores Sociais; Desafios e Possibilidades da Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável. (BRASIL, 2010).

Nesse prisma, o INCRA, define a Reforma Agrária como: Conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). Na prática, a reforma agrária proporciona: a descentralização e a democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e a miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços básicos; a redução da migração do campo para a cidade; a democratização das estruturas de poder e a promoção da cidadania e da justiça social.

De acordo com Sampaio (1962, p. 95): “O essencial, relativamente às relações de trabalho, é que se legisle visando á extirpação dos remanescentes

feudais, e á valorização do homem rural, pela elevação do padrão de vida e respeito á dignidade humana, vilipendiada por uma dominação extra econômica”.

Na perspectiva de reconstrução social em termos práticos quando se discutiu Políticas Públicas pensando em termos macros de grande de grandes impactos na sociedade, tendo o Estado o papel de implementador dessas ações de grande complexidade na arena política da sociedade contemporânea.

Segundo o I PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária – Governo José Sarney - Nova República – 1985 – 1989 O I Plano Nacional da Reforma Agrária foi construído dentro de uma estratégia de Ação Política do governo da Nova República e com metas ambiciosas para assentar no período de 1985 a 1989, o equivalente a 1 milhão e quatrocentos mil famílias beneficiárias.

Em conformidade com o II PNRA – Governo Lula – Complementar. A reforma agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante à segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano. O II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que foi apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília – evento inédito de unidade dos movimentos e entidades do campo. Construído num amplo diálogo social, o Plano é fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos, com o acúmulo dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica. Metas previstas: maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Assentamento até 2006 de 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias com acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil famílias e com estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados. (Apresentação do II Plano Nacional da Reforma Agrária).

Faz-se necessário destacar que a agricultura familiar é hoje um dos setores que mais gera renda em nosso País. Segundo dados do ultimo censo agropecuário (IBGE - 2006), a Agricultura Familiar representa 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros e ocupa 24,3% das áreas agrícolas e é responsável por boa parte do fornecimento dos alimentos consumidos no Brasil. Uma das características da Agricultura familiar é o uso da mão de obra familiar no sistema produtivo e gestão em contraponto ao agronegócio onde há a separação entre gestão e trabalho.

O governo Lula, nascido dos movimentos sociais e populares, dá uma roupagem nova a política da reforma agrária, mas, manteve a essência de seu antecessor.

Desse modo o desafio, a busca e a construção do dialogo entre o conhecimento popular e o conhecimento cientificado, para analisar os processos de implementação de políticas públicas para a reforma agrária, tendo como recorte de estudo o Assentamento de Reforma Agrária Euclides Neto. A partir do referencial teórico, analisar o processo de implementação dessas políticas, a partir de uma visão sistêmica e multidimensional dos diversos atores desse processo político. Baseando-se no contraponto dialético para construção de novos conhecimentos.

4.2 RESGATE HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO EUCLIDES NETO

Realizou-se o resgate histórico da trajetória do movimento dos assentados da Fazenda Gameleira de Cima e Carijó (Assentamento Euclides Neto), e o desenvolvimento de Políticas Públicas para Reforma Agrária, através de pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, encontros grupais, mesas redondas, visitas a órgãos oficiais (INCRA, PREFEITURA, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, FETAG). O município de Mata de São João desde meados dos anos 60 apresentava grande aptidão para a produção agrícola, principalmente devido à proximidade estratégica com a Região Metropolitana de Salvador. Esta Potencialidade foi mais explorada após a fundação da Colônia JK em 1959, um assentamento com inicialmente 200 famílias imigrantes Japonesas. Este assentamento tinha como finalidade desenvolver a técnica agrícola e ao mesmo tempo fornecer produtos agropecuários de qualidade, como hortaliças, frutas e verduras para a população de Salvador e toda a Região Metropolitana. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária implanta cinco projetos, sendo que três projetos-Assentamentos Panema, Santa Maria e Por do Sol, fazem parte do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e estão localizadas em locais que no passado foram desenvolvidos as culturas do Eucalipto e de pinus, o Assentamento Barro Branco/Azimbo filiado ao CETA - Movimento de Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas, situado no litoral do município, foi

“Dona Mita, tem uma estatura baixa e 72 anos de idade, mas é a principal protagonista e liderança do processo de ocupação da Fazenda Gameleira e Carijó de Cima”. Ela ainda hoje continua ativa e esse pequeno relato é uma forma de resgate histórico do processo vivido durante a ocupação da área de 222,9 hectares que pertencia a SIBRA – Eletro siderúrgica Brasileira.

Dona Roselita França de Santana, conhecida como (Dona Mita) sobre a ocupação da Fazenda Gameleira e Carijó de Cima. Às 15: 44 h horas do dia 10 de maio de 1996, fui surpreendida na nossa residência, na Comunidade de Acupe-Santo Amaro - Bahia, com a presença de um grupo composto de pessoas de órgãos como o INCRA- Bahia, Fetag-Bahia e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o MLT – Movimento Luta Pela Terra, chamando-me a juntar-se ao grupo para ocupar uma área que era da Fazenda Nova Suíça. Porque isso aconteceu? Era por que eu já fazia um trabalho social junto à prefeitura com a Secretaria de Agricultura da região, Ação Social e Educação, com esses órgãos citados e eles acharam que eu poderia ser uma mola-mestra para o problema, então ficou acordado que no dia 15 de maio de 1996, partiríamos para área. Reunimos 50 famílias às 04h00min da manhã num caminhão, levando foices, facões, estrovengas, machados, seguindo para a fazenda, chegamos às 07h30min horas ao local determinado e logo começamos a preparar os barracos, e, outro grupo de 30 famílias começou a preparar o terreno para o plantio. Para o nosso desalento o MST – Movimento dos Sem Terra, estavam escondidos na mata e nos trouxe bastantes problemas. Chegou ao ponto de fazermos um acordo para a permanência de 100 famílias na área. Ficou acordado com um o INCRA que 50 famílias do MST e 50 famílias do MLT, o acordo não foi aceito pelo MST. Então o MLT, como tinha como componentes do grupo pessoas nativas da região e o MST era de outras regiões, acertou que 20 famílias do MLT e 80 famílias do MST e isto foi a gota d'água. Foi uma porta aberta para começar as ameaças, pois eles se achavam com o direito, pois era maioria. Desta em diante recebíamos ameaças do MST, com mensageiros enviados pelos coordenadores do MST na região. Houve até acordo com o INCRA para que o grupo do MLT deixasse a região, foi quando os assentados do MLT - Movimento Luta Pela Terra acordou que deixaria a área depois que as suas benfeitorias fossem indenizadas e esse acordo foi aceito. Mas nunca chegaram indenização, só ameaças. Fizemos uma reunião no auditório da prefeitura da região com a presença dos trabalhadores rurais, as autoridades estaduais, federais e municipais, onde o Senhor Portela do

INCRA e o Senhor Valmir Assunção, liderança do MST, com a maior pressão, usando da frase: E agora Portela? A coisa foi tão séria que até o padre local estava presente. Como tínhamos em mãos documentos assinados pelos órgãos federal, estadual e municipal e as lideranças dos movimentos em questão que no período de três meses nos daria outra área. Isto foi em agosto de 1996. Foi indicada uma área em São Sebastião do Passé, municípios do Recôncavo Baiano nos dirigiram para o local indicado com a assistência do INCRA. Ficamos ocupando essa fazenda por um ano. Entretanto, a área de terra, não era suficiente para as 38 famílias e também o proprietário não tinha interesse em vender a propriedade. Fomos despejados pacificamente e acordado com o INCRA e a Comunidade do Assentamento Nossa Senhora dos Anjos, em São Sebastião do Passé, que devido à distância da localidade de origem dos acampados, ficariam no Assentamento até sermos removidos para uma nova área indicada. Isto aconteceu em maio de 1997. No dia 29 de julho de 1998, O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro, chegou com o convite para a nossa mudança, pois já tinha uma fazenda para colocar as 38 famílias, então no dia 01 de agosto de 1998, seguiram para essa fazenda em Cabuçu, de propriedade da Sra. Marina. Depois de termos contatados a proprietária, o técnico do INCRA, disse que após avaliação verificou que a fazenda não era viável para a agricultura. No dia 13 de outubro de 1998, fui convidada pela FETAG, para irmos para uma fazenda em Mata de São João. Tendo a certeza do local, retornei ao acampamento e comuniquei aos companheiros e esses determinaram que antes fosse feito um levantamento da área. Às 05h00min horas do dia 15 de outubro de 1998, eu e Justino (atual presidente da Associação do Assentamento Euclides Neto), pegamos um ônibus da Camurujipe, com destino a Salvador, ficamos No município de Simões Filho, situada na (RMS), pegamos um ônibus da Catuense e seguimos destino a Mata de São João.

Chegando a Mata de São João, procuramos o STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais locais nos apresentou e falou o porquê da nossa presença. O presidente do Sindicato que nos recebeu foi muito gentil e pediu que esperássemos o tesoureiro do sindicato chegasse, pois o mesmo estava tentando a entrada de um grupo na área, pois não conseguiram, porque estava destinada aos remanescentes da Fazenda Nova Suíça. E para nossa alegria os técnicos do INCRA, estariam na área fazendo a vistoria e entre eles Dra. Margarida, técnica do INCRA e responsável pela vistoria, juntei-me ao grupo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ocupamos

as fazendas (Gameleira e Carijó de Cima) pertencentes à Sibra – Eletro siderúrgica Brasileira, como indica um comunicado do órgão federal. Neste mesmo dia retornamos ao acampamento em Cabuçu-Saubara-Ba. Passei para os companheiros o que aconteceu. Só que tinha famílias da região. Só que tinha familiares da região que desistiram de nos acompanhar para outra região, entrando em acordo somente 38 famílias remanescentes do Acampamento Nossa Senhora. Deslocamos do Acampamento com todos os pertences que tivemos condições de transportar. A espera do transporte para 16 de outubro de 1998 prometido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro, só chegou à noite dia 17 de outubro de 1998 e fomos obrigados a passar a noite deitados debaixo de um cajueiro. Foi triste, pois quase perdiam a minha vida, inclusive crianças por causa da imprudência do motorista. Chegamos à fazenda Gameleira e Carijó de Cima às 22h40min horas, onde encontramos 20 pessoas todas sem nada para comer. A sorte é que tínhamos uma reserva como precaução de 200 kg de arroz, 150 Kg de fubá de milho, 250 Kg de feijão, 2 sacos de farinha, 10 latas de óleo e alguns condimentos que foi doado pela FETAG e apareceu ½ de charque, foi o que ajetei para janta de todos. A partir de 19 de outubro de 1998, começou o sofrimento porque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata de São João, não estava satisfeito com a nossa presença, pois dizia que a terra era do povo de Mata e não de forasteiros. Quando não tiveram mais o que fazer, o tesoureiro do STR- local foi a Delegacia de Polícia, alegando que tinham espancado ele. Fomos chamados a Delegacia e no dia marcado o Tesoureiro não compareceu e recebemos um aviso que a reunião seria no Sindicato com as lideranças. Quando não era nada disso. Tinha uma multidão nos esperando para pressionar nosso grupo. Foi nesse momento que a Advogada Marijane foi saber pela própria testemunha arrolada pelo Sindicato que tudo foi uma farsa montada pelo STR. O pior saiu uma portaria que dizia que o imóvel seria designado para a reforma agrária. Fomos atacados pela rádio local, pedindo que preparasses para deixar a terra com a autorização da prefeitura local. O grupo atacante formado pela polícia militar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, vereadores. Chegaram e fomos receber na porteira, como estávamos com machados em punho, o policial perguntou se iríamos encarar , no mesmo instante golpearam o cadeado que estava na porteira e entraram , era um grupo com mais de 100(cem) pessoas e a palavra de ordem era: pegar esta mulher pelos cabelos e jogar na pista, o restante coloca no saco e manda para as cucuias e

que só iam sair depois que colocasse o último para fora. Fomos muito provocados com palavras, pensando eles que íamos nos colocar no nível deles, pois queriam arrumar um grande conflito. Ligamos para a FETAG, então o Comando da Polícia Militar foi avisado e chegou ajuda da Polícia Militar que enviou uma escolta que ao chegar foi percebida pelos atacantes que ficou surpreendido com a presença dos policiais que deram ordem para deixar a área, pois a área era federal e que eles não tinham o direito de invadir sem uma ordem superior. O grupo procurou a FETAG, porque os órgãos da região não nos davam apoio, só diziam que não iam apoiar forasteiros. Logo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Câmara de Vereadores e outros poderes públicos local estavam formando grupos e pontos diferentes a área, pois queriam a área ocupada de qualquer jeito. Em outubro de 1999 houve um grande reboiço? No acampamento com a visita do Comandante do Destacamento da Polícia Militar Capitão Sturaro? E a sua tropa, nos trazendo uma ordem de despejo. Recebemos positivamente e procuramos atender o seu pedido, pois não queríamos que ninguém se machucasse, graças a Deus não aconteceu. Com dois dias depois recebemos os proprietários da SIBRA, com máquinas com trabalhadores com machados, facões e policiais com armas, dispostos a obedecer às ordens: derrubar os barracos, atear fogo e danificar as plantações existentes na área, o que foi muito triste, ver o nosso suor derramado e por água abaixo, pois já estaria tirando o sustento para os nossos filhos da Terra.

Chegaram os jornalistas tiraram fotos dos homens derrubando os barracos, cortando as plantações. Acontece que não saímos da fazenda ocupada, pois ficamos alojados em área pertencente à fazenda. O repórter saber o que íamos fazer, e qual a decisão que podia tomar e Roselita França de Santana como liderança respondia que a solução era com 72 horas retornar a área e foi o que fizemos. Sendo um dia de sábado e tendo vigia na área, logo comunicou aos proprietários, os quais retornaram a fazenda e procurou os responsáveis, apresentei-me e pedir que eles entrassem em contato com a FETAG e com o INCRA. Depois da ligação, enquanto esperavam a presença da FETAG, saíram da área, depois voltaram e já encontraram o pessoal dos órgãos de representação e começamos uma discussão sobre o que estava acontecendo. Depois que conversamos bastante, os proprietários, retirou-se, ficando conosco os representantes da FETAG. Os vigias da fazenda ficaram permanecendo na área por mais três dias no local destruindo as plantações. Continuamos ocupando o espaço a espera da desapropriação, em 14 de

junho de 1999, houve a desapropriação e em 7 de julho de 1999 houve a legitimação da posse da fazenda para os assentados que aconteceu na Câmara de Vereadores, onde o Sr. Jeferson, Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais criou o maior conflito. Depois da legitimação foram armado dois acampamentos: Um na Comunidade do Janduim, comandado pelo Sindicato e prefeitura e o outro na Comunidade do Serrão, comandado pelo MLT, FETAG e INCRA. Mas não deveria ser assim, pois essa situação gerava muitos conflitos. Hoje passados 15 anos desde a primeira ocupação da fazenda Gameleira e Carijó de Cima, formamos um só grupo, criamos uma associação – Associação dos Pequenos Agricultores do PA – Euclides Neto – Programa de Assentamento Euclides Neto e lutamos pelas melhorias da Agrovila e pelas políticas públicas para o desenvolvimento de nossa comunidade”. (ROSELITA FRANÇA DE SANTANA, 1996).

Por isso, iniciamos o resgate histórico da jornada empreendida para a ocupação da Fazenda Gameleira e Carijó de Cima, como forma de partilhamento de conhecimentos, evitando-se a perda histórica dessa trajetória pelos jovens, adolescentes e crianças e por homens e mulheres que hoje são assentados, mas não fizeram parte do processo histórico de ocupação e resistência pela posse desse grande latifúndio. O imóvel em questão não desenvolvia nenhuma atividade agropecuária, sendo uma reserva florestal com o solo bastante degradado.

A ocupação teve início em 1998 e as famílias pertenciam a três grupos diferentes de lideranças: A FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura, o grupo de Mata de São João – liderados pelo STR local – Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura e o grupo remanescente do Assentamento Nova Suíça em Cabuçu/Santo Amaro. Nesse processo houve conflitos com a Sibra e a Prefeitura de Mata de São João, a empresa queria manter a posse da Fazenda e a Prefeitura por questões políticas só aceitava o assentamento de agricultores do município.

Em outubro de 1999 houve a primeira ordem de despejo, sendo destruídos todas as plantações e os barracos derrubados, as famílias despejadas ficaram acampadas na Fazenda do Sr. Pedro Araújo, localizada na Comunidade do Serrão.

Sendo assim para Guiomar I. Germani (1998) O Papel do Movimento Social é: Se o Campo não planta a Cidade não janta, Ocupar, Resistir e Produzir. Esses são alguns dos slogans dos movimentos sociais em defesa da reforma agrária que cumpre o papel de articulador e implementador de políticas públicas para reforma

agrária e mobilizador de um grande contingente de homens e mulheres excluídos do seu direito de acesso a terra.

A Figura 4 ilustra a matriz de acompanhamento de atividades realizadas pela Coordenação de ATES (Assistência Técnica, Social e Ambiental-área agrária) no ano de 2012.

 Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.  SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  Bahia GOVERNO TERRA DE TODOS NÓS		
MATRIZ DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES DE ATES - ÁREA AGRÁRIA 2012		
Programa/Ação	EBDA / NOS	NOME DO NÚCLEO OPERACIONAL
		01 jan a 31 mar/2012
Renegociação do PRONAF (lei 12.249/2010) (nº de contratos)	Divulgar, coletar documentos, levantar dividas no Banco e viabilizar a assinatura dos contratos.	
Crédito Instalação - modalidade adicional de fomento (família atendida)	Elaborar e acompanhar projetos, discutir nos PA's, orientar na confecção dos 5 orçamentos atentando para barganhas no ganho de escala, emitir declaração de moradia habitual no assentamento, compor comissões de crédito, elaborar relatório de Acompanhamento, fiscalizar aplicação, atestar e fiscalizar notas fiscais e recibos referentes a itens adquiridos e/ou serviços prestados. Validar orçamento dos itens equivalentes a 80% dos custos com órgãos públicos locais.No caso do Apoio Mulher, mobilizá-las, coletar demandas e elaborar relatórios parciais	
Crédito Instalação - modalidade apoio inicial (família atendida)		
Crédito Instalação - modalidade apoio mulher (projeto)		
Crédito Instalação - modalidade aquisição de material de construção (família atendida)		
Crédito Instalação - modalidade fomento (família atendida)		
Crédito Instalação - modalidade recuperação de material de construção (família atendida)		
Crédito Instalação - modalidade semiárido (família atendida)		

PAA (projetos contratados)	Identificar demanda público consumidor, coletar documentação, Emissão de DAP (A ou A/C) ou solicitação de DAP-P, elaboração e acompanhamento dos projetos e articulação com os órgãos responsáveis. Compor a comissão de monitoramento.	
PNAE (projetos contratados)	Identificar demanda público consumidor, coletar documentação, Emissão de DAP (A ou A/C) ou solicitação de DAP-P, elaboração e acompanhamento dos projetos e articulação com os órgãos responsáveis, mapear editais em aberto. Compor o CAE (conselho de alimentação escolar)	
Biodiesel (nº projetos contratados)	Identificar demanda coletar documentação, Emissão de DAP (A ou A/C) ou solicitação de DAP-P, verificar zoneamento, discutir, elaborar e acompanhar projetos, articular com órgão responsável.	
Terra sol (nº de projetos)	Identificação da demanda, elaboração e acompanhamento de projetos, relatórios de viabilidade, planos de negocio, articulação de parcerias, formar banco de projetos.	
PRONAF (famílias atendidas)	Coletar documentação, elaborar projetos, SAEP, discutir nos PA's. Orientar e acompanhar a aplicação, laudos de acompanhamento, emissão de DAP (A ou A/C). No caso do PRONAF Mulher, identificar demandas, incentivo à participação e organização das mulheres	
Garantia safra (famílias atendidas)	Divulgar, discutir, coletar documentos, emitir DAP web, elaborar e acompanhar projetos. Atentar se a prefeitura aderiu ao programa	
Seguro agrícola (famílias atendidas)	Divulgar, coletar documento, discutir, elaborar e acompanhar projetos.	
PAIS- Produção agroecológico Integrada e Sustentável (nº)	Identificar demanda mobilizar, divulgar e discutir com a comunidade; organizar mutirão para implantação, elaborar e acompanhar projetos.	

Unidade de demonstração (nº)	Levantar demandas, elaborar, implantar e acompanhar as unidades.	
Capacitação de assentados (nº)	Levantar demandas, fazer projeto, implantar.	
Intercâmbios de assentados (nº)	Levantar demandas, fazer projeto, implantar.	
Distribuição de sementes (Plano Brasil Sem Miséria - PBSM) (nº de famílias beneficiadas)	Cadastrar famílias, distribuir sementes.	
Estudo de cadeia (nº de estudos)	Contribuir no estudo e depois na execução das ações propostas	

Figura 4: Matriz de Acompanhamento de Atividades de Ates - Área Agrária 2012.
Fonte de Dados: EBDA e ATES, 2012.

É no próprio projeto político que são lançadas as âncoras para a modernização da agricultura, Assim, ao mesmo tempo em que as fábricas de tratores, implementos, agrotóxicos, ávidas por consumidores, projeta-se para o campo a exploração empresarial, concentradora de terra e capital, em detrimento de uma agricultura que pudesse ser desenvolvida com maior fixação do homem do campo.

Conforme indicam Görgen e Stédile (1991),

A cooperação agrícola nos assentamentos passa a ser entendida pelo Movimento não apenas como possibilidade de concentração de capital, de mão-de-obra, de meios de produção, mas acima de tudo como meio indispensável para conquistar a Reforma Agrária e implantar o sistema socialista. (GÖRGEN; STÉDILE 1991, p.146).

Portanto, é a legitimidade desse movimento que poderá levar á conquista da terra, bem como ao fortalecimento dos assentamentos com a superação do estado de isolamento, através da pressão sobre o Estado e as leis o que, por sua vez, permitirá o acesso a uma política agrícola que crie condições sustentáveis de se produzir no campo.

4.3 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO NO ASSENTAMENTO EUCLIDES NETO DE 2000 A 2013

O foco da pesquisa foi analisar como se dá o processo de implantação políticas públicas para os assentamentos de reforma agrária e o papel dos diversos agente públicos: Governo Federal, Estadual e Municipal a partir do recorte no Assentamento Euclides Neto, pois este apresenta uma série de fatores sociais, econômicos, históricos e ambientais que também perpassam os outros assentamentos.

Entretanto, entraves burocráticos e legais têm impedido a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade que vai de licenciamentos ambientais a liberação do PRONAF- Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar para o desenvolvimento da produção agrícola.

A Reforma Agrária emerge dessa análise sob múltiplas dimensões, no momento atual da vida brasileira. Ela se destaca, em primeiro lugar, por seu impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana e, sobretudo, deve ser medida pelos custos sociais resultantes de seu adiamento ou não realização. I PNRA.

Do Barraco de Lona a Políticas de Habitação – Uma longa jornada. Com a consolidação do Assentamento iniciou-se uma nova etapa de articulações para construção das casas dos assentados e o Programa de Habitação Rural é uma das estratégias de ação do INCRA para a fixação das famílias assentadas nos projetos de Reforma Agrária e da melhor qualidade de vida a homens e mulheres que viviam em uma situação degradante e desumano morando em barracos de pau a pique com cobertura de lona preta. As 76 famílias do PA – Euclides Neto tinham sido inseridos no Programa de Habitação Rural e dá-se início a construção das 50 primeiras casas no ano de 2004 do Assentamento – Associação de Pequenos Produtores do P.A- Euclides Neto. Os recursos para a construção das casas são liberados pelo e a Associação do P.A, fica responsável pela Gestão dos recursos, contratação da empresa fornecedora de materiais, controle de estoque, mão de obra, compra de material e da construção das 50 casas, pagamentos e prestação de

contas ao INCRA. Seguindo os trâmites legais a Associação contratou uma empresa local para a compra de todos os materiais necessários para a construção das 50 casas. Todavia, problemas de as ordens começaram a aparecer e como os assentados não tinham experiência administrativa e políticas da empreitada que eles tinham assumido, a situação se agrava a cada dia, tornando-se crítica.

Algumas causas determinantes citadas em ofício enviado ao INCRA pela empresa fornecedora de materiais para a construção das casas datada de 10 fevereiro de 2005. Solicitação de materiais superiores às constantes e/ou não previstas no orçamento; Indisponibilidade de madeira legalizada para telhado (eucalipto) no Estado da Bahia de setembro/2004 a fevereiro de 2005; Defasagem de preços de materiais entre a data do orçamento outubro/2003 e a liberação dos recursos abril/2004. Esses problemas gerarão grandes conflitos, pois devido à morosidade da liberação de recursos financeiros pelo INCRA e a falta de fiscalização e acompanhamento técnico por esse órgão responsável pelo desenvolvimento e implantação de Políticas Públicas para a Reforma Agrária. A Associação quando da liberação dos recursos no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte cinco mil reais), disponibilizou todo o recurso para a empresa fornecedora dos materiais para a construção das 50 casas e a empresa alegava defasagem nos preços solicitando ajustes para recomposição das planilhas orçamentárias do projeto de construção. Devido a uma falta de acordo entre o fornecedor, a Associação do PA e o processo burocrático, a falta de intervenção/mediação do órgão gestor que deveria ter um papel de assessoramento dos assentados em todas as etapas de negociação, bem como a FETAG – como representante do Movimento Social ter um papel mediador de assessoramento social, político e jurídico para a resolução do problema.

A falta de intervenção/mediação gerou um processo na justiça federal, pois a empresa contratada para o fornecimento dos materiais para a construção desviou recursos no valor de R\$ 100.000,00 do total contratado e pago no valor de R\$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais). Com esse fato houve uma paralisação para a implementação das demais políticas públicas, pois não houve prestação de contas dos recursos liberados gerando um processo na Justiça Federal na Bahia que tramita sob o número- 20005.33.00.007. A partir desse acontecimento em 2005, e a falta de implementação e desenvolvimento de Políticas Públicas por parte do INCRA, a Associação do PA. Euclides Neto vem se articulando com diversos agentes públicos e privados a nível estadual e municipal para o término da

construção das 50 casas e início da construção das 26 casas restantes contemplando todas as 76 famílias assentadas.

Sendo assim o documento Estatuto da Terra no seu Artigo 5^o relata que:

(...) A Reforma Agrária visa implantar um sistema entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (BRASIL, 2013).

Portanto, a experiência na construção dessas parcerias tem gerado ações e projetos e estão sendo desenvolvidas políticas para a inserção social e política para esse grupo de Agricultores Familiares Assentados da Reforma Agrária.

No levantamento de dados para pesquisa e construção do recorte do nosso objeto de estudo nos deparamos com uma série de estudos, pesquisas e teses sobre o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o nosso Estudo de Caso proposto para o Assentamento Euclides Neto que não está ligado ao MST, mais apresenta uma série de fatores sociais, econômicos, históricos e ambientais que também perpassam os outros assentamentos implantados no município No levantamento de dados para pesquisa e construção do recorte do nosso objeto de estudo nos deparou com uma série de estudos, pesquisas e teses sobre o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o nosso Estudo de Caso proposto para o Assentamento Euclides Neto que não está ligado ao MST, mais apresenta uma série de fatores sociais, econômicos, históricos e ambientais que também perpassam os outros assentamentos implantados no município representado pelos movimentos do MST, MLT, FETAG e CETA. Por isso servirá de modelo de estudo e pesquisa para entendermos os processos e entraves burocráticos e legais que tem impedido a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade que vai de licenciamentos ambientais a liberação do PRONAF- Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar para o desenvolvimento, articulação e implementação das Políticas para a Reforma Agrária. Os representados pelos movimentos do MST, FETAG e CETA. Por isso servirá de modelo de estudo e pesquisa para entendermos os processos e entraves burocráticos e legais que tem impedido a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade que vai de licenciamentos ambientais a liberação do PRONAF- Programa Nacional de

Desenvolvimento da Agricultura Familiar para o desenvolvimento, articulação e implementação das Políticas para a Reforma Agrária sustentável.

Entretanto, apontamos alguns pontos fortes na visão dos assentados durante o processo da pesquisa, a maior evidência é o aumento da consciência ambiental em relação a derrubada da mata nativa para venda aos madeireiros de forma clandestina e para produção de carvão, pois foi uma construção coletiva de tomada de decisão e que causou um forte impacto na comunidade com a expulsão e exclusão do SIPRA(Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária - INCRA)de vinte (20) famílias de assentados que negociavam com madeireiros. O aumento da consciência ecológica nos levou ao combate da extração da madeira nativa de forma ilegal. Uma outra questão que temos enfrentado é o êxodo rural, muitas pessoas necessitavam sair da agrovila e muitas deixavam de produzir em seus lotes por falta de infraestrutura, equipamentos, recursos financeiros, principalmente homens e jovens deixavam seus familiares e partiam em busca de emprego, na sede do município, no litoral ou em fazendas e sítios da região para trabalharem como diaristas. Essa situação tem mudado com apoio de organizações como o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros – braço sócio ambiental da CLN – Concessionária Litoral Norte, que tem apoiado projetos produtivos da Associação dos Pequenos Agricultores do PA – Euclides Neto. Com o apoio do INCRA/EBDA/ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental), foi implantado o segundo poço artesiano pela CERB - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia, garantindo a segurança hídrica para abastecimento de água para consumo humano, produção agrícola e segurança alimentar e nutricional. A ATES nos deu um impulso para o DRP – Diagnóstico Rápido Participativo, dando a comunidade uma visão geral de pontos fortes e fracos, oportunidades e possibilidades de investimentos na Agricultura Familiar. A formação de grupos produtivos, regularização de documentação de trabalhadoras rurais, seguridade social, aposentadoria e regularização dos assentados no SIPRA/INCRA. A FETAG e o MLT foram dois importantes parceiros no nosso processo de ocupação e legitimação da posse do assentamento. Entretanto, hoje a um distanciamento e falta de articulação com esses dois importantes parceiros da nossa trajetória. A regularização contábil-financeira foi outra conquista da Associação, pois a partir de 2014 já podemos participar de editais para captação de recursos para os projetos comunitários e dos processos licitatórios e chamadas públicas do PNAE – Programa

Nacional de Alimentação Escolar e do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal. Contamos com o apoio de organizações da Sociedade Civil como a ONG – IDE – Centro de Desenvolvimento Socioambiental e somos membros do CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Mata de São João.

4.4 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO ASSENTAMENTO

Para a coleta dos dados utilizou-se de da Matriz FOFA, que é um instrumento metodológico para análise de projetos, organizações ou de ator social que se propõe a planejar, diagnosticando sua situação e preparando propostas de ações estratégicas. Este instrumento tem sido utilizado com êxito por organizações de pequeno porte (associações, sindicatos, igrejas etc.), projetos de médio alcance, movimentos sociais diversos e agências multilaterais.

A Figura 5 contempla os dados levantados no Município de Mata de São João com o foco no Assentamento Euclides Neto.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Grande fluxo turístico (na área do litoral)	Riqueza concentrada no litoral e destinada apenas aos grandes empresários do trade turístico
Nova rodovia aproximando litoral da sede do município, possibilitando deslocamento de mão de obra e de produtos.	Falta de estrutura logística para Armazenamento, comercialização e distribuição dos produtos agrícolas do Assentamento.
Distritos localizados em Área de influencia da Petrobras	Pesquisas indicam possibilidades de jazidas de gás e petróleo na área do Assentamento
Fortalecimento e participação da Sociedade Civil Organizada no novo CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Sociedade civil desorganizada, despolitizada e dependente do poder público.
Existência de novas empresas de porte no município	Ampliar concentração de renda
Empresas preocupadas com ações de Responsabilidade Social Empresarial	Desenvolvimento de projetos que concentrem recursos apenas objetivando a melhoria da imagem das empresas principalmente na região litorânea
Técnicas agrícolas sustentáveis disseminadas no município	Pequenos grupos detêm o conhecimento sobre práticas de agricultura sustentáveis
Grande número de comunidades rurais e	Produção agrícola vendida a atravessadores

Programas de Assentamentos do INCRA e CDA Possibilidade de formação de Rede de Economia Solidária e Agricultura Familiar	
Acesso dos agricultores familiares a Programas como PNAE e PAA	Falta de uma política agrícola de assistência técnica e financiamento. Controle estatal pelo Executivo Local e sem a participação e controle social das Associações de Agricultores familiares e da Reforma Agrária.
Possibilidade de agro industrialização da produção da agricultura familiar	Baixa produtividade e falta de planejamento da produção
Inclusão da juventude e mulheres nos processos sociopolíticos de decisão comunitária	Falta de formação em Gestão de políticas públicas das organizações da sociedade civil e controle estatal do Conselho Municipal das Associações Comunitárias
Aumento da renda familiar através de ampliação do mercado consumidor institucional e privado dos produtos beneficiados da mandioca, hortaliças, frutas, carnes e derivados (peixes, ovos, frango, bovinos, caprinos, suínos...), mel...	Falta de conhecimento do mercado institucional (PNAE, PAA, VENDA DIRETA, ESTOQUES...) da CONAB – Companhia Brasileira de Abastecimento), Monopólio do PNAE-feito por uma só Associação de Agricultores/atravesadores, feirantes...
Aumentar o nível de escolaridade e participação política dos Assentados da Reforma Agrária (agricultores, jovens e mulheres)	Baixo nível de escolaridade, subemprego
Recursos naturais – principalmente água -possibilitando investimentos em pequenos projetos de irrigação com baixos investimentos em tecnologias, tendo como mão de obra mulheres e jovens e aumento da produtividade	Êxodo rural e expansão das drogas para as comunidades rurais, Falta de recursos financeiros para acessibilidade as tecnologias disponibilizadas.

Figura 5: Matriz Fofa

Fonte: Waldir Coutinho Lima, 2013.

As potencialidades e fragilidades levantadas em relação às políticas públicas da reforma agrária no assentamento Euclides encontra-se descritas no quadro expresso pela Figura 6.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Grande extensão territorial do Assentamento e vocação para agricultura irrigada (produção de hortaliças e frutas).	Dificuldades de mobilidade e acessibilidade urbana. Falta de infraestrutura (estradas vicinais para acesso aos lotes dos assentados, logística de transporte, e comercialização da produção). Falta de recursos humanos, técnicos e financeiros para o desenvolvimento e aproveitamento dos recursos hídricos para projetos de horticultura e Fruticultura Irrigada.
Turismo como principal atividade econômica do município da área do litoral	Pouca distribuição de renda e concentração de investimentos no litoral. Inexistência de cooperativas e/ou centrais de comercialização da produção agrícola para os empreendimentos turísticos localizados no litoral
Clima estável, abundância de recursos hídricos e solo de qualidade.	Solos ácidos e degradados pela monocultura do eucalipto, Necessidade de uso de grandes quantidades de corretivos de acidez do solo e adubos orgânicos, Assentados da Reforma Agrária sem acesso às técnicas de produção agroecológicas e sem ampliação de sua renda
Proximidade com Salvador e Região Metropolitana, possibilitando acesso a serviços e mercado de trabalho.	Pouca escolaridade da população do Assentamento
Boa arrecadação de ICM e ISS por parte da Prefeitura	Governo assistencialista, que mantém a população dependente do poder público com programas de inclusão social.
A aprovação do projeto e recursos do governo federal para construção da estrada ligando o litoral a sede – possibilitando novos investimentos e melhoria da renda das comunidades rurais	Populações dos distritos de um modo geral sem organizações que os representem e sem representantes no poder central (Câmara e Executivo)
Proximidade do mercado consumidor de produtos orgânicos RMS e litoral – hotel, pousadas, resorts.	Município com muitos distritos de baixa densidade populacional e dificuldade de mobilidade urbana e Assentamentos da Reforma Agrária com grande Êxodo da Juventude Rural
Geração de empregos em hotéis e pousadas na alta estação	Juventude em permanente processo migratório para os grandes centros, em especial Salvador, Camaçari e outros estados como Paraná, Alagoas e Pernambuco.
Festas sazonais - carnaval, São João.	Pouca oferta de serviços e ações culturais

Figura 6: Potencialidades e Fragilidades no Assentamento Euclides Neto.

Fonte: Waldir Coutinho Lima, 2013.

O município de Mata de São João desde meados dos anos 60 apresentava grande aptidão para a produção agrícola, principalmente devido à proximidade estratégica com a Região Metropolitana de Salvador. Esta Potencialidade foi mais

explorada após a fundação da Colônia JK em 1959, um assentamento com inicialmente 200 famílias de imigrantes Japoneses. Este assentamento tinha como finalidade desenvolver técnicas agrícolas e ao mesmo tempo fornecer produtos agropecuários de qualidade, como hortaliças, frutas e verduras para a população de Salvador e toda a Região Metropolitana. Pertencente ao Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano e com fortes relações sociais e políticas com o Território de Identidade Metropolitano de Salvador, devido à proximidade com a capital do Estado da Bahia. Tem como benefício à participação em dois eixos viários que interligam o município a grandes centros consumidores da Região como a BR-101 através BA-093 que dá acesso a importantes municípios como Alagoinhas e Feira de Santana e a Linha Verde que interliga toda a área litorânea do Estado. Historicamente o município sempre teve uma forte influência no desenvolvimento agropecuário e florestal, tendo aqui aportado no Litoral Matense Garcia D'Ávila, vindo à Caravana de Tomé de Souza e formando a partir de Mata de São João o maior latifúndio de terras que se estendia da Bahia ao Rio Grande do Norte. Outra peculiaridade no município é a cultura da agricultura orgânica herdada dos imigrantes japoneses e os grandes projetos de florestamentos de eucaliptos e pinus para abastecimentos de carvão vegetal para grandes indústrias siderúrgicas como a Ferbasa, Usiba e Sibra e madeira para produção de celulose como a Bahia Pup hoje CSC e as Indústrias de Papéis Santo Amaro.

Encontramos grandes contrastes sociais e econômicos, com um litoral privilegiado, é considerada a Polinésia Brasileira, devido ao seu belíssimo litoral e seus recursos naturais como a famosa Praia do Forte e Sauípe onde estão localizados os grandes complexos hoteleiros e turísticos, sendo a principal fonte de arrecadação do município. Na zona rural, encontramos diversas comunidades que vivem do trabalho nos roçados, trabalhadores rurais, trabalhadores dos empreendimentos hoteleiros e turísticos principalmente os jovens que tem abandonado suas comunidades em busca de melhores condições de vida. Assentados e acampados da Reforma Agrária, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos capitaneados pelos movimentos sociais nas cidades no entorno dos municípios da Região Metropolitana de Salvador grande fornecedora dos excluídos sociais que encontram nesses movimentos de luta pela reforma agrária uma esperança pela conquista do pedaço de terra através da ocupação e conquista de terras improdutivas de propriedades de grandes grupos como a SIBRA – Eletro

siderúrgica Brasileira SA, indústria de nacionalidade brasileira, situada no Centro Industrial de Aratu no município de Simões Filho-Bahia, proprietária da Fazenda Gameleira e Carijó de Cima, desapropriada para fins de reforma agrária. Encontramos também as grandes extensões de terra com a monocultura do eucalipto da empresa Ferbasa – Ferro Liga da Bahia - usada para produção de ferro e da CSC – Celulose – Indústria do Pólo Petroquímico de Camaçari para a produção de celulose.

O cultivo dos eucaliptos tem trazido impactos negativos para o MEIO AMBIENTE, tendo como consequência a exaustão dos recursos ambientais, perda de fertilidade do solo, redução da biodiversidade e contaminação do solo e dos recursos hídricos por agroquímicos. É nesse cenário que o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária implanta cinco projetos, sendo que três projetos-Assentamentos Panema, Santa Maria e Por do Sol, fazem parte do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e estão localizadas em locais que no passado foram desenvolvidos as culturas do Eucalipto e de pinus, o (Assentamento Barro Branco/Azimbo filiado ao CETA - Movimento de Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas), situado no litoral do município, foi implantado numa grande área extrativa de mangaba e o (Assentamento Euclides Neto, filiado ao MLT – Movimento Luta pela Terra e a FETAG – Federação dos Agricultores da Bahia).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas para a Reforma Agrária no Brasil têm como centralidade o desenvolvimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental, possibilitando o estabelecimento da função social da terra e o acesso a ativos ambientais, como os recursos naturais disponibilizados pelo meio ambiente natural e as tecnologias e insumos da sociedade humana como: tecnologia, mercado, equipamentos. A Reforma Agrária está intrinsecamente ligada a um conjunto de fatores que se articulam entre si através de instrumentos legais, políticos e sociais como o Estatuto da Terra, a Constituição Federal e os movimentos sociais.

A pesquisa realizada no Assentamento Euclides Neto é a ponta do “iceberg” da problemática da implantação de Políticas Públicas para a Reforma Agrária, pois do ponto de vista jurídico, há um embasamento legal que norteiam os princípios e pressupostos da desapropriação e distribuição de terras para fins da Reforma Agrária. Todavia, quando da implantação concreta e prática dessas políticas, nos deparamos com um verdadeiro emaranhado burocrático do órgão regulador desse processo. Os entraves encontrados no Estudo de Caso para o desenvolvimento e implementação das Políticas Públicas para fins da Reforma Agrária no Assentamento Euclides Neto, não está em consonância com o processo histórico de lutas para a ocupação, desapropriação e legitimação para reforma agrária da Fazenda Gameleira e Carijó de Cima. Pois, tendo um princípio de forte mobilização social e política, fragilizam-se em seu processo de consolidação do assentamento ao se afastarem politicamente da FETAG – Federação dos Agricultores da Bahia e do MLT – Movimento Luta Pela Terra. O trabalho de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), desenvolvida através de um convênio entre o INCRA/EBDA, entre 2010 e 2012, serviu como eixo mobilizador de discussões e construção do DRP- Diagnóstico Rápido Participativo, sendo destaque o Crédito Habitação que devido a problemas já relatados é o cerne do problema da falta de implantação das diversas políticas públicas estruturantes para um Programa de Assentamento da Reforma Agrária, como PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar- Política de Crédito do governo federal para o financiamento da produção da agricultura de base familiar. A análise crítica da pesquisa demonstra que o INCRA não vem cumprindo o seu papel de órgão responsável pela implantação da Reforma

Agrária, haja vista que o referido Programa de Assentamento tem quinze anos de estabelecido (1999-2014) e ainda encontramos problemas sem resolução como: crédito habitação, regularização de famílias no SIPRA, falta de licenciamento ambiental do assentamento, falta de liberação de créditos específicos para a produção da Agricultura Familiar- PRONAF, políticas de gênero, raça e juventude, saneamento básico e abastecimento de água.

Os desafios e possibilidades do desenvolvimento e implantação de Políticas Públicas para a Reforma Agrária no Assentamento Euclides Neto, perpassam as singularidades e pluralidades dos sujeitos protagonistas desse processo consolidados nas Palavras de Ordem, Ocupar, Resistir, Produzir na Identidade de Pertencimento e na Mística da luta pela terra, que consolida a autonomia política, social e econômica dos assentamentos rurais. Todavia, não se limitando a desapropriação de terras improdutivas para fins da Reforma Agrária. É necessário, entretanto, garantir recursos para a capacitação gerencial dos assentados com foco em autogestão comunitária, agroindustrialização e o empreendedorismo da Agricultura Familiar, com o fortalecimento do tecido social e da capacidade produtiva garantindo o acesso às políticas públicas de créditos para o fomento produtivo e a bens e serviços de infraestrutura (abastecimento de água, serviços de saúde, estradas, máquinas e equipamentos...), acesso ao PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e PAA- Programa de Aquisição de Alimentos.

A pesquisa nos mostrou novos caminhos, novas possibilidades e desafios. É necessário, buscar novos elementos e referenciais teóricos e metodológicos para sistematização e construção de novos conhecimentos e uma ação conjunta de órgão de assistência e assessoramento para a implantação de Políticas Públicas para a Reforma Agrária de forma sustentável.

Portanto, referendo que as Políticas Públicas para o Assentamento Euclides Neto, devem estar assentadas no uso de tecnologias de gestão de empreendimentos e uso de máquinas e equipamentos para o suporte produtivo dos lotes dos assentados, bem como a formação em bases agroecológicas, tendo a Educação Ambiental como modelo pedagógico para todos envolvidos no processo, em consonância com o meio ambiente. O Desenvolvimento sustentável, todavia, precede de uma formação para o crescimento de atividades produtivas com o uso de ferramentas e tecnologias para a viabilização da agricultura familiar, de forma que garanta a eficiência de uma agricultura socialmente justa e ecologicamente

sustentável. A organização comunitária é um dos principais elementos para garantia da viabilidade sócio produtiva do assentamento, e na busca da agroindustrialização e comercialização da produção agrícola. Por isso, é necessário o uso de estratégias que garantam a formação dos agricultores familiares assentados, através de cursos de educação ambiental com foco em agricultura familiar e a utilização de tecnologias limpas, como o processo de irrigação e cultivos protegidos, garantindo o uso sustentável dos recursos hídricos e equipamentos que garantam a viabilidade econômica, social, política e ambiental do Assentamento Euclides Neto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Álvaro Antonio Xavier de; MOREIRA, Diego Camelo; MOURA, Roseni Aparecida de. **O Papel da Organização Social e Ambiental nos Assentamentos Rurais**. Publicado em 07/02/2013. Disponível em: < <https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php>>? Acesso em: fevereiro de 2014.

BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BERGAMASCO, L., PROVENZALE, A., CASTAGNOLI, GC, SERIO, M., KUDRJAVTSEV, VA, KUZNETSOV, VA e RYAZHSKAYA, OG (1990). **Efeitos do ciclo solar nas propriedades fractais e estatísticos de múons subterrâneas profundas**. *Journal of Geophysical Research* 95: doi: 10.1029/89JA03116. ISSN: 0148-0227.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em outubro de 2013.

BRASIL. **Lei de ATER Nº 12.188/2010**. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Caprinos_e_ovinos/22_reuniao/Lei_de_Ater.pdf>. Acesso em outubro de 2013.

BRASIL. **Legislação Informatizada - Decreto nº 55.891, de 31 de Março de 1965** - Publicação Original. 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55891-31-marco-1965-396186-publicacaooriginal-43811-pe.html>>. Acesso em: outubro de 2013.

D'AQUINO, Terezinha (org.). **Retrato de Assentamento**. Caderno de Pesquisa. Ano II, n. 4, Araraquara, 1995.

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola. Disponível em: <http://www.ebda.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2012/11/NovoDia_27_09_12_web.pdf>. Acesso em outubro de 2013.

FREIRE, PAULO. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, 1988. Paz e Terra. 150p.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**/Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Disponível em: <<http://www.informacoesdobrasil.com.br/rua/ba/mata-de-sao-joao/assentamento-euclides-neto+768/http://www.politicaspUBLICASbahia.org.br/spip.php?article262>>.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. *São Paulo Perspectiva*. [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 95-103. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>>. Acesso em: novembro de 2013.

GIL, A. C.; **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. 12.reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1999.

GÖRGEN, FREI S. A., STÉDILE, JOÃO P.(ONGs.) **Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. de. **Produção e comunicação da informação em CT&I GT7 DA ANCIB: análise bibliométrica no período**

2003/2009. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA ANCIB (ENANCIB), 11, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANCIB, 2010. v. 11. p. 1-20.

LEITE, S. (coord.); FLEXOR, G.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N. G.; MALUF, R. **Avaliando a gestão de políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policy-makers.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – CNPq, 2006 (relatório de pesquisa).

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma agrária.** Publicado em, 02 Dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em outubro de 2013.

MAPAS. **Mata de São João, BA.** Disponível em: <<http://www.google.com.br/maps/matadesaojoaoBahia/Brasil>>. Acesso em: fev 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 3 ed.v. 1. Brasil: Martins Fontes, 1979.

MENDONÇA, Cláudio Anselmo de Souza. Conflito de terra no Maranhão: a luta pela terra em São Mateus do Maranhão. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2006. Monografia (graduação em geografia).

NETO, Euclides. **Frase de Euclides Neto** <http://kdfrases.com/frase/124075>, acessado em 20/10/2013.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – **Assentamento Gameleira**, município Mata de São João-Ba, convênio nº 010/02 dezembro / 2010. Universidade do Estado da Bahia – UNEB Fundação Juazeirense para o **Desenvolvimento Científico e Tecnológico** do São Francisco – FUNDESF Equipe Técnica, Maíza Santana Neville Ribeiro Coordenadora Elíria Lins de Souza Sant’Ana-Geógrafa, Fábio Cesar Da Costa Rocha Administrador Joelson Passos – Pedagogo, Leonídio Santana Júnior – Eng.º Agrônomo Pitágoras Andrade de Souza - Eng.º Agrônomo

SOUZA, Magda Cristina; KHAN, Ahmad Saeed; PASSOS, Ana Tereza Bittencourt. **Qualidade de Vida da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.** Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/12/11O484.pdf>>. Acesso em: fev de 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133p.

MIRALHA, Wagner. **Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. *Revista Nera*. Ano 9, n. 8 – Janeiro/Junho de 2006. ISSN 1806-6755. [online]. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445/1422>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2014.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Capitalismo, Ortodoxia e Políticas Agrárias no pós 64: o discurso do desenvolvimento e as políticas de assentamento no Maranhão**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/0d5616568ad66b303dd2Savio_Rodrigues.pdf>. Acesso em: janeiro de 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas. Florianópolis**: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009. 130 p.

SANTOS, Arnaldo; GOIS, Francisco F. de. **Microcrédito e desenvolvimento regional**/Fundação Paulo Bonavides (FPB), Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas (IDESPP). Fortaleza: Premium, 2011,384p.

SAMPAIO, Aluysio. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Fulgor Ltda, 1962.

SILVA FILHO, Francisco Cláudio Oliveira. **A Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988 e o Desenvolvimento Econômico do Brasil – Efetividade e Limites**. 2008. Disponível em: <http://urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Francisco_SILVA_FILHO.pdf>. Acesso em novembro de 2013.

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo. **Assentamentos Rurais e Agricultura Familiar: Processo de Territorialização e Perspectivas de Auto Sustentação**. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6708/6052>>. Acesso em outubro de 2013.

VECINA, Cecília Cruz. **O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula: Uma Análise para Além do Aparente**. 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1367_1.pdf>. Acesso em:05 de janeiro de 2014.

VIDA DIGNA NO CAMPO. **Desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de segurança alimentar**. Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente.